AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
http://ageconsearch.umn.edu
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

AGRONEGÓCIO E INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO: UMA ANÁLISE DO IMPACTO SOBRE AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

ALEXANDRE BRAGANÇA COELHO; ELAINE APARECIDA FERNANDES; DANILO DE OLIVEIRA SAMPAIO;

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)

VIÇOSA - MG - BRASIL

acoelho@ufv.br

APRESENTAÇÃO ORAL

Comércio Internacional

Agronegócio e Investimento Direto Estrangeiro: uma análise do impacto sobre as exportações brasileiras

Grupo de Pesquisa: 3 - Comércio Internacional

Resumo
O agronegócio vem contribuindo com superávits expressivos na balança comercial nos últimos anos. Esses superávits serviram para contrabalançar déficits em outros setores e foram fundamentais para a obtenção dos grandes superávits da balança comercial a partir de 2002 O Brasil, na década de noventa, assumiu posição de destaque como importante receptor de investimento direto estrangeiro (IDE). O objetivo deste trabalho é avaliar até que ponto a entrada de IDE no agronegócio levou a um aumento da exportação do setor. O método utilizado na investigação foi a análise multivariada discriminante. Esse método é bastante adequado, já que possibilita identificar grupos de atividades que mais exportam e, assim, fornece ferramentas de planejamento às agências governamentais na construção de políticas que possibilitem alocação do IDE de acordo com os objetivos da política econômica. Os resultados mostraram que o volume de IDE não possui qualquer relação na distinção entre os grupos de atividades que mais exportam, o que sugere que seu montante não está relacionado com maiores quantidades exportadas.
Palavras-chaves: Investimento direto estrangeiro, exportação e agronegócio.

Abstract

Agribusiness has been generating huge trade surpluses in the last few years. These surpluses were crucial because they compensated trade deficits in other areas and allowed Brazil to have a general trade surplus from 2002 on. Brazil assumed an important position as receiver of foreign direct investments (FDI) in the nineties. The objective of this paper is to evaluate whether the incoming of FDI caused an increase on agribusiness exports. The methodology was multivariate discriminant analysis. This method is suitable because it allows the identification of more exporting activities and provides planning tools to policy makers to design FDI allocation policies. Results showed that the volume of FDI does not have any relationship in the distinction of more exporting activities, which suggests that this amount is not related to more exports.
Key Words: Foreign direct investment, exports, agribusiness

1. Introdução

O agronegócio é visto como a cadeia produtiva que envolve desde a fabricação de insumos, passando pela produção nos estabelecimentos agropecuários e pela sua transformação, até o seu consumo (Gasques et al., 2004). Este setor tem grande importância na economia brasileira: o Produto Interno Bruto (PIB) do setor em 2005 foi de R$ 537 bilhões, representando 27,87% do PIB do país naquele ano (CEPEA, 2007). Assim como o PIB do país, o PIB do agronegócio apresentou oscilações elevadas nos últimos anos, passando de um crescimento de 8,81% em 2002 até uma redução de 4,66% em 2005 (Figura 1). O agronegócio vem contribuindo também nos últimos anos com superávits expressivos na balança comercial. Esses superávits serviram para contrabalançar déficits em outros setores e foram fundamentais para a obtenção dos grandes superávits da balança comercial a partir de 2002 (Tabela 1)

Na década de 1990, houve também uma expansão extraordinária dos fluxos de investimento direto estrangeiro (IDE), como parte do processo de globalização econômica (Lacerda, 2003). De uma média de menos de US$ 2 bilhões anuais no início da década de 1990, o Brasil passou a receber um volume de investimentos crescentes, culminando com um valor recorde de quase US$ 33 bilhões de dólares em 2000, que se reduziu nos anos posteriores para menos de US$ 20 bilhões anuais[1] (Lacerda, 2003). Dados do Banco Central mostram que, em relação ao setor agroalimentar, o total de IDE entre os anos de 2001 e 2004 chegou a US$ 8,2 bilhões (Chaddad et al., 2006).

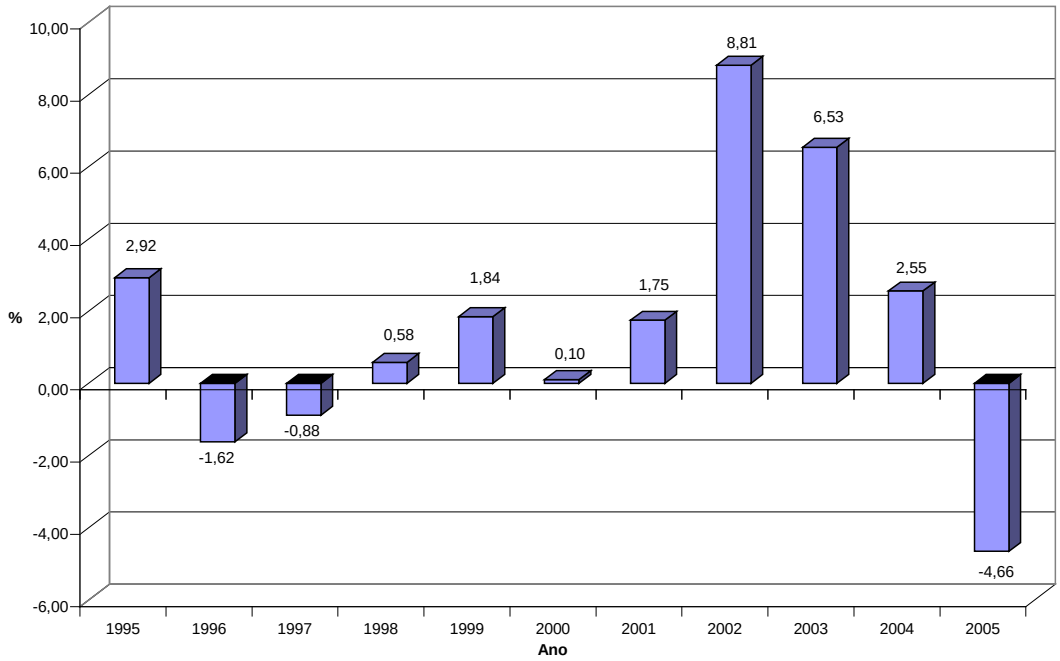
Muitos fatores estão relacionados a este aumento do investimento estrangeiro direto nos países em desenvolvimento, como o Brasil. Entre os principais, pode-se destacar o baixo crescimento do mercado doméstico dos países desenvolvidos, o rápido crescimento dos países em desenvolvimento, a formação de acordos de livre comércio e blocos comerciais, e as estratégias de *marketing* global e originação global (*global sourcing*) das multinacionais de processamento de alimento e varejo. (Chaddad et al., 2006). O total de fluxo de capital na forma de IDE para os países em desenvolvimento cresceu de US$ 36 bilhões em 1989-91 para US$ 193 bilhões em 2001-03. Este fluxo de capital representa 10,5 % da formação bruta de

[1] Ver Quadro 1A no Apêndice

capital nos países emergentes, enquanto o estoque de IDE chega a 26,5 % do PIB nesses países (Chaddad et al., 2006).

A pergunta que se coloca é se este aumento do fluxo de IDE para o país tem alguma relação com o aumento das exportações do agronegócio brasileiro. A relação IDE-exportações é bastante estudada na literatura. Laplane e Sarti (1999), por exemplo, concluem que a concentração na produção de bens de consumo e de intermediários para o mercado interno, associada à forte importação de equipamentos, matérias-primas e componentes, indica que o IDE não altera significativamente a pauta exportadora. Farina e Viegas (2003) destacam que o fluxo de investimentos diretos para o setor de alimentos causou uma série de mudanças organizacionais e de estratégias destas indústrias, o que poderia representar um aumento da atividade exportadora. Entretanto, este mesmo trabalho destaca o aumento dos investimentos no setor de varejo, que possui menor propensão a exportar. As autoras enfatizam que a maior parte do IDE destinado à indústria de alimentos na década de 90 buscava aproveitar as potencialidades de um mercado de grande dimensão como o brasileiro. Entretanto, o interesse em fazer do Brasil uma base de exportação para o Mercosul não pode ser descartada.

Figura 1 – Crescimento do PIB do agronegócio -1995-2005



Fonte: CEPEA (2007)

Tabela 1 - Balança comercial brasileira e balança comercial do agronegócio: 1989 a 2006

US$ Bilhões

Ano	Exportações	Importações	Saldo

	Total Brasil (A)	Agronegócio (B)	Part.% (B/A)	Total Brasil (C)	Agronegócio (D)	Part.% (D/C)	Total Brasil	Agronegócio
1989	34,383	13,921	40,49	18,263	3,081	16,87	16,120	10,840
1990	31,414	12,990	41,35	20,661	3,184	15,41	10,753	9,806
1991	31,620	12,403	39,23	21,041	3,642	17,31	10,579	8,761
1992	35,793	14,455	40,38	20,554	2,962	14,41	15,239	11,492
1993	38,555	15,940	41,34	25,256	4,157	16,46	13,299	11,783
1994	43,545	19,105	43,87	33,079	5,678	17,16	10,466	13,427
1995	46,506	20,871	44,88	49,792	8,613	17,30	-3,286	12,258
1996	47,747	21,145	44,29	53,346	8,939	16,76	-5,599	12,206
1997	52,994	23,367	44,09	59,747	8,193	13,71	-6,753	15,173
1998	51,140	21,546	42,13	57,763	8,041	13,92	-6,624	13,505
1999	48,011	20,494	42,69	49,295	5,694	11,55	-1,283	14,800
2000	55,086	20,592	37,38	55,839	5,756	10,31	-0,753	14,836
2001	58,223	23,846	40,96	55,572	4,801	8,64	2,650	19,045
2002	60,362	24,826	41,13	47,237	4,449	9,42	13,125	20,377
2003	73,084	30,627	41,91	48,305	4,746	9,83	24,780	25,881
2004	96,475	39,003	40,43	62,813	4,831	7,69	33,662	34,172
2005	118,308	43,589	36,84	73,606	5,110	6,94	44,703	38,479
2006	137,470	49,424	35,95	91,355	6,696	7,33	46,115	42,728

Fonte: AgroStat Brasil a partir de dados da SECEX/MDIC
Elaboração:CGOE / DPI / SRI / MAPA

Lacerda (2003) ressalta que, como tem ocorrido internacionalmente, o ingresso de investimentos diretos estrangeiros provoca uma reestruturação produtiva na economia, alterando, entre outros aspectos, o seu padrão de comércio. Analisando dados da década de 90, o autor conclui que as firmas com participação estrangeira têm maior propensão a exportar, mas também maior propensão a importar, especialmente por meio do comércio intra-firma. Sua conclusão é que a propensão a importar é maior do que a propensão a exportar, o que levaria no longo prazo a uma relação negativa entre IDE e o saldo da balança comercial. Em relação às empresas do setor primário com participação estrangeira, mesmo que minoritária, o autor afirma que estas têm maior propensão a exportar do que empresas que atuam em outros setores da economia.

Hiratuka (2002) ressalta que, no processo de concorrência global e reorganização das cadeias produtivas e do conjunto das filiais mundiais das empresas transnacionais, os setores onde se verifica um maior crescimento das exportações são aqueles que exploram a base de recursos naturais e situam-se geralmente nas etapas intermediárias dos processos de produção (com exceção do setor de alimentos). Neste contexto, setores como de alimentos, papel e celulose, fumo e outros importantes do agronegócio apresentaram saldo comercial elevado na década de 90 e ao mesmo tempo receberam grande volume de IDE no período.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é avaliar até que ponto a entrada de IDE no agronegócio levou a um aumento da exportação do setor. Especificamente, pretende-se: a) classificar os grupos de atividades setoriais segundo suas tendências comerciais; e b) determinar as participações e os efeitos dos IDEs no crescimento das exportações de grupos de atividades setoriais.

Este artigo contém, além desta introdução, mais três seções. Na próxima seção, faz-se a descrição do modelo utilizado. Na terceira seção, os resultados são discutidos e, finalmente, na quarta seção são apresentadas as principais conclusões.

2. Referencial teórico

Na tentativa de explicar os fluxos de IDE sob as perspectivas das teorias pura do comércio internacional e da organização industrial, Vernon (1971, 1974 e 1979), Hymer (1960, 1976, 1990) e Dunning (1981, 1988, 1993, 1999), entre outros, apresentaram a evolução da teoria do comércio internacional associada à teoria do investimento direto estrangeiro, que, até então, eram vistas isoladamente.

No que se refere especificamente à exportação, Hirsch (1976) procurou fazer uma ligação entre o fluxo de comércio e o IDE. Seu modelo parte da constatação de que, sob os pressupostos neoclássicos, só haveria lugar para o IDE se houvesse diferencial de taxas de juros. No entanto, na presença desse diferencial de juros, provavelmente, predominariam as formas de investimentos em portfólio e no crédito internacional. Assim, Hirsch introduz novos pressupostos no modelo para que o IDE voltado à formação do estoque de capital físico fosse viável. Esses pressupostos dizem respeito à existência de diferentes funções de produção e de custos entre os países, vantagens específicas para algum tipo de empreendimento, barreiras à entrada e custos diferenciados para a coordenação das atividades internacionais das empresas.

Considere que as variáveis a seguir sejam assim definidas:

C – representa o custo de produção no país de origem;

C* - representa o custo de produção no país de implantação;

M* - representa o custo de importação, incluindo seguros, transportes, tarifas e outros custos de transação e *marketing*;

K* - representa o custo da criação ou de aquisição de *know-how* e de outros ativos privados intangíveis;

A* - representa o custo de informação e controle operacional em ambiente diferente do país de origem; e

D* - representa o custo de dissipação dos conhecimentos e de outras vantagens privadas, além do custo de transferência de tecnologia.

Diante do ambiente econômico influenciado por essas variáveis, a filial de uma empresa estrangeira tem três opções para expandir o seu mercado:

1) Opção pela exportação

Esta opção será considerada quando:

$C + M^* < C^* + A^*$ e $< C^* + K^* \rightarrow$ exportação *versus* IDE.

$C + M^* < C^* + D^* \rightarrow$ exportação *versus* licenciamento.

2) Opção pelo IDE

$C^* + A^* < C + M^*$ e $< C^* + K^* \rightarrow$ IDE *versus* exportação.

$C^* + A^* < C^* + D^* \rightarrow$ IDE *versus* licenciamento.

3) Opção pelo licenciamento

$C^* + D^* < C^* + A^* \rightarrow$ licenciamento *versus* IDE.

$C^* + D^* < C^* + M^* \rightarrow$ licenciamento *versus* exportação.

A situação caracterizada como $M^* = K^* = A^* = D^* = 0$ corresponde ao paradigma neoclássico de mercados perfeitos para produtos e fatores de produção.

Esse modelo não leva em consideração o IDE com o objetivo de abastecer o mercado de origem das transnacionais. Com base nessa deficiência, Rugman et al. (1985) reorganizaram o modelo de Hirsch, partindo do princípio de que o mercado-alvo não é o estrangeiro, mas sim o próprio mercado nacional do país de origem das empresas transnacionais. Nesse caso, tem-se:

1) Opção pela produção doméstica

$C < C^* + M + A^*$ e $< C^* + M^* + D^*$

2) Opção pelo IDE

Esta opção significa que o bem será produzido no estrangeiro (país anfitrião) e importado pelo país de origem da empresa transnacional.

$C^* + M + A^* < C$ e $< C^* + M + D^*$

3) Opção pelo licenciamento

Neste caso, importa-se a produção do país que fez o licenciamento.

$C^* + M + D^* < C^* + M + A^*$ e $< C$

Dessa forma, conhecendo essas relações, pode-se especificar a função discriminante de modo a estabelecer o relacionamento entre o IDE e os grupos com características discriminadoras.

3. Metodologia

3.1. Classificação dos Grupos

Primeiramente, com base no procedimento utilizado pelo IEDI (2003), classificam-se as atividades econômicas de acordo com as suas propensões a exportar (equação 1). A partir daí, dois grupos são selecionados conforme a importância relativa das exportações para as operações dessas atividades.

$$PX = \frac{X}{ROL}, \qquad (1)$$

em que PX é a propensão a exportar do conjunto de empresas de cada setor; X as exportações (FOB); e ROL, a receita operacional líquida.

O primeiro grupo é composto por setores com propensão a exportar acima da média, o que indica que são setores voltados para a exportação. É de se esperar que nesse grupo predominem os setores primários ou industriais que utilizem intensamente recursos naturais e, em geral, apresentem valores elevados de exportação e valores pequenos de importação.

O segundo grupo é formado por setores com propensão a exportar abaixo da média. Deve ser representado, em grande parte, por setores industriais demandantes de insumos importados.

3.2. Determinação da Função Discriminante

A análise discriminante permite elaborar uma "regra" (função) de discriminação de grupos, objetos, itens ou indivíduos com base em um grande número de variáveis. Seu principal objetivo é encontrar uma ou mais funções que sejam capazes de efetuar a discriminação entre os grupos. Assim, a análise discriminante inicia-se a partir de grupos previamente definidos e investiga qual variável possui maior poder de discriminação entre eles (Hair et al., 1995). Este método permite que se crie uma ou mais variáveis Y, que representam uma combinação linear[2] das variáveis que servem de base para a análise. Desse modo, Y_i é a função discriminante, que assume a seguinte forma:

$$Y_i = \alpha_1 X_{1i} + \alpha_2 X_{2i} + ... + \alpha_3 X_{ni}, \qquad (2)$$

[2] Um dos motivos de se ter utilizado uma função linear consiste em sua forma simples e interpretação clara dos efeitos de cada variável independente. Para mais detalhes, ver Morrison (1969).

em que Y_i são os escores da variável binária Y. Essa variável assume valor 1 para grupos que possuem propensão a exportar acima da média e valor 2 para os que possuem propensão a exportar abaixo da média. Em seguida, têm-se os α_i, que são os coeficientes ponderados cujos valores são estimados pelo método discriminante, e, por último, os X_{ji}, que são as variáveis que servem como discriminadoras entre os grupos de elementos, para os quais os escores são computados. Neste estudo, as variáveis X_{ji} são representadas pela receita operacional líquida - ROL, imposto de renda e contribuições – IRC, patrimônio líquido – PL, ativo – A e estoque de IDE – IDE. Idealmente, espera-se que os escores estimados sejam, razoavelmente, semelhantes para os setores pertencentes a um mesmo grupo.

A função discriminante é estimada de forma a maximizar a separação entre os grupos (heterogeneidade) e a igualdade dentro de cada grupo (homogeneidade) a partir da equação:

$$\left| M^{-1}A - I\lambda \right| = 0 , \qquad (3)$$

em que M é a matriz intergrupos; A, matriz de dispersão intragrupos; e λ, as raízes características de $M^{-1}A$.

Deve-se destacar que essas funções são extraídas em ordem decrescente de importância, o que significa que a primeira função é a que extrai o máximo da variância intergrupos, a segunda extrai a variância remanescente e assim sucessivamente. Associada a cada função existe uma raiz característica, que representa a porção da variância total intergrupos explicada pela função.

Para aplicação de testes de significância às funções discriminantes lineares, os seguintes pressupostos devem ser observados:

a) As observações em cada grupo são escolhidas ao acaso.

b) A probabilidade de um indivíduo desconhecido pertencer a um dos grupos é a mesma.

c) As variáveis discriminantes têm distribuição normal.

d) As matrizes de covariâncias dos grupos são iguais.

e) As populações diferem quanto às médias.

3.3. Fonte dos Dados

As séries de receita operacional líquida - ROL, imposto de renda e contribuições – IR, patrimônio líquido – PL, ativo – A e estoque de IDE – IDE foram obtidas através dos censos de capitais estrangeiros para 2000, divulgados pelo Banco Central. Segundo classificação do Banco Central do Brasil (2007), empresas com participação estrangeira são instituições sediadas no País com participação direta ou indireta de não-residentes em seu capital social de, no mínimo, 10% das ações ou quotas com direito a voto ou 20% de participação direta ou indireta no capital total. Empresas com participação majoritária estrangeira são aquelas de

cujo capital social participam não-residentes com mais de 50% do capital votante. Em 2000, existiam 11.404 empresas com participação de capital estrangeiro.

4. Resultados e discussão

Nessa seção, serão discutidos os principais resultados encontrados para a análise discriminante (Tabelas 2 e 3). O cálculo da função discriminante para os grupos com propensões a exportar abaixo e acima da média foi realizado com os dados das propensões a exportar das atividades selecionadas[3]. Nesse caso, o número de grupos resume-se a dois: aqueles com propensão a exportar acima da média e aqueles com propensão a exportar abaixo da média. As variáveis utilizadas na análise foram: estoque total de IDE, patrimônio líquido, receita operacional líquida, imposto de renda e contribuições e o ativo das empresas representativas dos setores. Como são dois grupos e cinco variáveis, existe a possibilidade da existência de apenas uma função discriminante[4].

Por meio da Tabela 2, observa-se que nenhuma das variáveis propostas foi significativa para discriminar os grupos daquelas atividades que mais exportam. O teste de igualdade das médias dos grupos, que permite visualizar os resultados dos testes de Wilks' Lambda e Fisher, confirma o exposto anteriormente, já que o Wilks' Lambda deve estar próximo de zero (os resultados mostram valores próximos de um para todas as variáveis analisadas) e o teste de Fisher deve apresentar valores próximos de um (seus valores não ultrapassaram 0,5). Quanto ao grau de previsão do modelo, as estatísticas foram satisfatórias, ficando o percentual de classificação correta em torno de 94,3%.

Tabela 2. Teste de igualdade das médias

	Wilks' Lambda	F	Sig.
Receita operacional líquida (ROL)	0,982	0,272	0,609
Ativo (A)	0,962	0,592	0,454
Patrimônio líquido (PL)	0,979	0,323	0,578
Imposto de renda e contribuições (IR)	0,997	0,038	0,848
IDE	0,977	0,348	0,564

Fonte: Resultados da pesquisa.

A Tabela 3 mostra os resultados obtidos para a função discriminante. Pode-se observar, por meio desses valores, que as variáveis utilizadas no modelo não foram capazes de discriminar os grupos de exportadores em potencial, apresentando valor de qui-quadrado não significativo.

Tabela 3. Função discriminante padronizada para as variáveis selecionadas

Variáveis	Função
Receita operacional líquida	2,64

[3] Ver Quadro 2A no apêndice.
[4] O número de funções discriminantes é determinado pelo min {parâmetros, número de grupos – 1}.

Ativo	3,13
Patrimônio líquido	1,82
Imposto de renda e contribuições	1,98
IDE	-4,73
Wilks' lambda	0,72
Qui-quadrado	4,11 ns

Fonte: Resultados da pesquisa.
Ns: não significativo.

Em relação às variáveis ROL, A, PL, IR, os resultados demonstram que não há relação entre o tamanho das empresas com participação de capital estrangeiro em cada atividade e o total exportado por essas empresas.No que se refere ao IDE, este não afeta a distinção entre os grupos analisados, o que sugere que seu montante não está relacionado com o crescimento das quantidades exportadas. Esse resultado pode ser conseqüência da destacada participação do setor de serviços no fluxo total de IDE na década de 1990 e, também, pelo fato de as filiais estrangeiras investirem no Brasil visando, principalmente, o mercado interno. Outro fator que deve ser considerado é que as atividades agrícolas, em si, foram as que menos receberam investimento direto no *boom* ocorrido durante a década de 1990.

O que surpreende nesse resultado é o fato de o IDE não estar discriminando as atividades que mais exportam como, por exemplo, os setores de alimentos e bebidas; papel e celulose; e fumo que tiveram, na década de 1990, comportamentos direcionados para a exportação, com baixa orientação importadora. Assim, era de se esperar uma relação positiva entre o IDE e grupos que mais exportaram no período. Isso provavelmente se deve ao fato de que a maior parte do IDE, nessa década, ter sido empregado na aquisição ou fusão de empresas já existentes direcionadas para atender o mercado interno.

5. Conclusão

A partir da década de 1990, ocorreu um grande aumento dos fluxos de IDE para a economia brasileira, que refletiu os efeitos da globalização financeira, das possibilidades de fusões e aquisições devido à abertura da economia brasileira, das privatizações e do tamanho do mercado. Essas constatações levam a constantes indagações na literatura econômica a respeito da influência do IDE na balança comercial brasileira. Nesse sentido, procurou-se determinar se os investimentos diretos estrangeiros estão, de fato, contribuindo para o aumento das exportações do agronegócio brasileiro.

A análise discriminante mostrou que o volume de IDE não possui qualquer relação na distinção entre os grupos de atividades que mais exportam, o que sugere que seu montante não está relacionado com maiores quantidades exportadas. Esse resultado pode ser conseqüência da destacada participação do setor de serviços no fluxo total de IDE na década de 1990 e, também, pelo fato de as filiais estrangeiras investirem no Brasil visando, principalmente, o mercado interno.

O que se pode concluir, a partir dos resultados obtidos, é que não há relação direta entre IDE e exportações do agronegócio. Caso se queira estimular as exportações, uma

possibilidade seria a adoção de medidas de política industrial dentro da nova perspectiva de concorrência internacional, vigente a partir da abertura da economia brasileira, que redirecionassem o fluxo de IDE para setores com maior participação no comércio exterior e que contribuam efetivamente para aumentar o crescimento das exportações.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Censo de Capitais Estrangeiros. Disponível em (http://www.bacen.gov.br) Acesso em: 13 de junho de 2007

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA). Disponível em <http://www.cepea.esalq.usp.br/cepea/> Acesso em 16/07/2007

CHADDAD, F.R; JANK, M.S.; NAKAHODO, S.N. Repensando as políticas agrícola e agrária do Brasil. *Revista Digesto Econômico*, Nov-Dez 2006.

DUNNING, J.H. *Explaining International Production.* London: London Unwin Hyman, 1988.

DUNNING, J.H. Globalization and the Theory of MNE Activity. *Discussion Papers in International Investment and Management*, n. 264, Department of Economics, University of Reading, 1999.

DUNNING, J.H. *International Production and the Multinational Enterprise*. London: George Allen & Unwin, 1981.

DUNNING, J.H. *Multinational Enterprises and the Global Economy.* Addison-Wesley. New York: 1993.

FARINA, E. M. M. Q.; VIEGAS, C. A. S.; Foreign Direct Investment and the Brazilian Food Industry in the 90s. *International Food and Agribusiness Management Review* 5(2), 2003

GASQUES, J.G.; REZENDE, G.C.;VILLA VERDE, C.M.; SALERNO, M.S.; CONCEIÇÂO, J.C.P.R.; CARVALHO, J.C.S. *Desempenho e crescimento do agronegócio no Brasil.* Brasília, IPEA, 2004 (Texto para discussão n. 1009).

HAIR Jr. J.; ANDERSON, R.; TATHAM, R.; BLACK, W. *Multivariate Data Analysis*. Ed. Prentice Hall, New Jersey: 1995.

HIRATUKA, C. Estratégias comerciais das filiais brasileiras de empresas transnacionais no contexto de abertura econômica e concorrência global *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, 4(2): 113-141, jul./dez. 2000

HIRSCH, S. An International Trade and Investment Theory of the Firm. *Oxford Economic Papers*, 28 julho, p. 258-270, 1976.

HYMER, S.H. *The International Operations of National Firms*, Cambridge, Mass.: The MIT Press. 1960.

HYMER, S.H. *The International Operations of National Firms: A Study of Direct Foreign Investment*, Boston: MIT Press, 1976.

HYMER, S.H. The Large Multinational Corporation: An Analysis of Some Motives for the International Integration of Business. In: Mark Casson (ed.) *Multinational Corporations*, Edward Elgar, Aldershot: 1990

IEDI. O Investimento Estrangeiro na Economia Brasileira e o Investimento de Empresas Brasileiras no Exterior. Disponível <http://.www.iedi.com.br> Acesso em: 15 de março de 2004.

IPEADATA. Disponível em <www.ipeadata.gov.br> Acesso em 15 de junho de 2007.

LACERDA, A,C. *Empresas Transnacionais, Investimentos Diretos Estrangeiros e Exportações na Economia Brasileira na Década de noventa.* Disponível em <http://www.ie.ufu.br/ix_enep_mesas/Mesa%2020%20-%20Economia%20Brasileira%20Contemporanea%20II/Empresas%20Transnacionais%20ide%20e%20exp%20na%20decada%20de%2090-SEP1.pdf> Acesso em 16/07/2007

LAPLANE, M.F. e SARTI, F., *Investimento Direto Estrangeiro e o Impacto na Balança Comercial nos anos 90.* IPEA, Brasília, 1999 (Texto para Discussão n. 629).

MORRISON, D.G. On the Interpretation of Discriminant Analysis. *Journal of marketing research*, v. 6, p. 156-63, 1969.

RUGMAN, A.; DONALD, J.L.; LAURENCE, D. *International Business: Firm and Environment*. New York: McGraw-Hill, 1985.

VERNON, R. Foreign Trade and Foreign Investment: Hard Choices for Developing Countries. *Foreign Trade Review*, January-March, 1971.

VERNON, R. The Location of Economic Activity. In: John H. Dunning (Ed.) *Economic Analysis and the Multinational Enterprise.* London: George Allen & Unwin, 1974.

VERNON, R. The Product Cycle Hypothesis in the new International Environment. *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, v. 41, p. 255-67, November,1979.

APÊNDICE

Quadro 1A. Fluxo de investimento direto estrangeiro (IDE) para o Brasil – 1970-2005

Ano	IDE (Milhões de US$)
1970	391,7
1971	449
1972	459,9
1973	1.180,7
1974	1.207,9
1975	1.202,8
1976	1.391,1
1977	1.8272
1978	2.180,3
1979	2.407,8
1980	1.910,2
1981	2.521,9
1982	3.115,2
1983	1.326,1
1984	1.501,2
1985	1.418,4
1986	317,2
1987	1.169,1
1988	2.805,0
1989	1.129,9
1990	988,8
1991	1.102,2
1992	2.061,0
1993	1.290,9
1994	2.149,9
1995	4.405,1
1996	10.791,6
1997	18.992,9
1998	28.855,6
1999	28.578,4
2000	32.779,2
2001	22.457,3
2002	16.590,2
2003	10.143,5
2004	18.145,8
2005	15.066,2

Fonte: IPEADATA (2007)

Quadro 2A. Participação de capital estrangeiro nas atividades selecionadas no ano 2000 (R$1.000)

Atividade Econômica	**Ativo**	**Patrimônio Líquido 2/**	**Capital social integraliz.**	**Receita oper. líquida**	**Imp. renda e contrib.**	**Result. Líq. após partic.**	**Exportação**	**Propensão a exportar**
Agricult., pecuária e servs. relacs.	2315524	719918	1374513	847734	-34438	(6.801)	120.091	0,141661
Silvicult., expl. florestal e servs. relacs.	1305360	758085	1027253	126391	-2042	(10.682)	21.431	0,169557
Pesca, aqüicultura e servs. relacs.	52769	37346	41031	34857	-994	1.868	25.194	0,722782
Fabr. produtos aliments. e bebidas	31883759	10201023	15091997	31433009	-318297	615.921	9.657.289	0,307234
Fabr. de produtos do fumo	3406520	760749	1910864	3508883	-127234	876.078	1.486.584	0,423663
Fabr. de produtos têxteis	6307868	2641418	2976604	4665159	-43358	57.692	683.664	0,146547
Fabr. de produtos de madeira	2138359	849777	839661	742926	-5930	(24.510)	240.152	0,323252
Fabr. celul., papel e produtos de papel	13168836	7519869	6976531	7877197	-404115	1.236.360	3.152.089	0,400154
Fabr. de produtos químicos	46749049	19135944	19361018	42868425	-589470	1.512.981	3.685.052	0,085962
Fabr. máquinas e equipamentos	17732262	6438783	8638512	16217306	-254492	15.224	3.894.770	0,240161
Comérc. atacado e interms. do comércio	27009952	6769567	13830190	43935044	-83623	(463.072)	3.954.879	0,090016
Comérc. varej. e repar. de objetos	25540369	9645568	13032697	28424936	101637	(358.297)	91.363	0,003214
Transporte terrestre	6822803	564914	2096002	1530020	-5631	(865.205)	6.768	0,004424
Transporte aquaviário	953823	204875	265845	531183	1107	114	2.761	0,005198
Transporte aéreo	76863	-8260	19143	642964	-8	271.941	0	0
Intermediação financeira	301771661	27837016	36720595	31903890	-919761	2.191.062	30.796	0,000965
Ativs. auxils. da interm. Financeira	17225781	3924110	4537304	2302238	-166742	348.400	5.468	0,002375

Fonte: Banco Central (2007) e elaboração do autor.